

INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS  
INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS

**SÓ HÁ INTERVENÇÃO  
QUANDO HÁ  
CONSENTIMENTO?**

---

*Conselho Editorial Educação Nacional*

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP  
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP  
Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp  
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar  
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp  
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR  
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC  
Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp  
Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp  
Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas  
Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp  
Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS  
Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS  
Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI  
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp  
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR  
Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

*Conselho Editorial Educação Internacional*

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário  
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada  
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero  
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada  
Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho  
Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján  
Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata  
Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Silvia Regina Canan

INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS  
INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS

---

**SÓ HÁ INTERVENÇÃO  
QUANDO HÁ  
CONSENTIMENTO?**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Canan, Sílvia Regina

Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais : só há intervenção quando há consentimento? / Sílvia Regina Canan. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-436-6

1. Educação – Aspectos econômicos 2. Educação – Finalidades e objetivos 3. Educação e Estado 4. Organismos internacionais 5. Política e educação 6. Políticas públicas I. Título.

16-05286

CDD-379

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Organismos internacionais e as políticas educacionais : Educação 379

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide  
*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-lettras.com.br](http://www.mercado-de-lettras.com.br)

[livros@mercado-de-lettras.com.br](mailto:livros@mercado-de-lettras.com.br)

1ª edição

**julho / 2016**

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

*Dedico esse livro a minha família, que com sua  
sensibilidade compreende a importância do meu  
trabalho e com seu carinho me incentiva a fazer parte  
dessa história de luta pela educação:  
Ao Rogério, companheiro de todas  
as horas, apoiador incondicional;  
Ao Pedro e ao Rafael, filhos com quem aprendemos todos  
os dias e por quem lutamos por um mundo melhor;  
Aos meus pais Virio e Celina, pelas lições de dignidade  
que me ensinaram e que me fizeram mais humana.*

*À URI pelo apoio Institucional;  
Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em  
Educação – Mestrado em Educação da URI pelo incentivo  
à produção, em especial a Professora Dra. Malu Almeida,  
grande incentivadora dessa publicação;  
À Professora Dra. Berenice Corsetti, por ter sido tão  
importante na construção de minha tese,  
da qual resulta esse livro;  
Aos meus alunos e orientandos que me desafiam  
todos os dias e com quem tenho feito trocas  
intelectuais muito significativas.*



## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| PREFÁCIO.....   | 9   |
| <i>Maria de Lourdes Pinto de Almeida</i>  |     |
| INTRODUÇÃO.....   | 19  |
| capítulo I  |     |
| OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS<br>E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS .....                               | 25  |
| capítulo II   |     |
| O BANCO MUNDIAL NO CONTEXTO DA<br>GLOBALIZAÇÃO: O QUE ESTÁ IMPLÍCITO<br>EM SUAS PROPOSTAS?..... | 51  |
| Por que um Banco protagoniza as políticas<br>de educação nos países em desenvolvimento? .....   | 68  |
| CEPAL/Unesco no cenário das<br>políticas de educação.....                                       | 77  |
| capítulo III  |     |
| O PROTAGONISMO DOCENTE<br>NAS MUDANÇAS EDUCATIVAS.....  | 93  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 107 |
| REFERÊNCIAS .....   | 113 |





## PREFÁCIO

*Maria de Lourdes Pinto de Almeida*

*[...] Há uma idade em que se ensina o que sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: Sapiencia: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível. (Barthes 1977, p. 47)*

Foi com imenso prazer que aceitei o convite da Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvia Regina Canan para escrever o prefácio do seu livro intitulado *Influência dos Organismos Internacionais nas Políticas Educacionais: somente há intervenção quando há consentimento?*. Esta discussão se faz mais atual e pertinente a medida que:

O próprio saber se tornou uma mercadoria – chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. [...] (Harvey 1996, p. 15)

Aliada ao liberalismo, a maioria da educação oferecida, seja básica ou superior, é de caráter mercadológico, de forma modular, superficial e fragmentada que não promove mudanças, apenas fortalece a situação atual de comodismo e aceitação diante dos fatos.

Uma das principais características da sociedade contemporânea é a mudança constante dos processos de produção e das formas de relação social, devido à introdução de novas tecnologias que rapidamente ficam superadas e à ampliação das possibilidades de comunicação e produção de informações, tornando o mundo realmente global. Esse cenário exige, necessariamente, o princípio da flexibilidade dos processos educativos e, portanto, amplia o conceito de educação para além dos sistemas escolares.

Teoricamente o discurso convence a leigos e ingênuos, porém a realidade histórica desta segunda metade do século XXI é expressa por uma minoria que dita os rumos educacionais a serem seguidos pela maioria, ficando em evidência a ideologia, a visão de mundo daqueles que detém o poder, muitas vezes aceitos com uma passividade que nos causa indignação. Assim, a educação em qualquer instância ocupa lugar de destaque, permite a articulação entre os diferentes movimentos sociais e culturais, estabelecendo a epistemologia das relações. Vale a pena relembrar que:

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. O problema de uma nova camada de intelectual, portanto, consiste

em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular nervoso num sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade pratica geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (Gramsci 2006, p. 53, vol. 2)

Vivemos em uma sociedade civil e política passa por um processo acelerado de transformação que se manifesta na mudança de diversos aspectos estruturais, acionada pela globalização da economia, da política, da sociedade, da cultura, das instituições e do meio ambiente. Globaliza-se de forma excludente e sem precedentes, afirmando o ideário neoliberal. Associado à globalização está o desenvolvimento rápido da ciência e da tecnologia, a emergente sociedade do conhecimento e a nova estrutura de trabalho e desemprego estrutural.

Essa realidade que envolve a todos indistintamente é assim sintetizada por Ianni,

o mundo mudou muito ao longo do século XX. Não é mais apenas uma coleção de países agrários ou industrializados, pobres ou ricos, colônias ou metrópoles, dependentes ou dominantes, arcaicos ou modernos, A partir da Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se um amplo processo de mundialização de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismos e integração. Aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual são alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização. (2008, pp. 35-36)

A ideia da educação tem apenas um caráter mercadológico, aliada a uma visão imediatista onde resultados precisam aparecer a curto prazo. O desenvolvimento humano passa a ser visto como mais um número, sem considerar o contexto social, as interferências culturais e políticas e, ainda pior, sem uma ação efetiva de emancipação.

A educação passa a ser assim, uma mercadoria disponível para compra no mercado, onde cada vez mais o Estado se isenta da responsabilidade que é de seu dever, e, a competição e o individualismo, tornam-se elementos cada vez mais comuns na atual sociedade, caracteriza-se a empregabilidade como um desafio lançado entre os indivíduos na luta pela sobrevivência.

Nesta obra escrita por Canan foi explicitado o conjunto de condicionantes e implicações decorrentes da trajetória do capitalismo envolvendo a categoria educação, trazendo como uma mensagem subliminar que o mundo é muito mais complexo do que imaginamos e é no decorrer do caminho que os percalços aparecem e somos surpreendidos pela certeza do quanto ainda precisamos caminhar. Mas isso não nos impede de continuar, pelo contrário, nos move a buscar novos e desafiantes rumos.

A leitura deste livro se faz obrigatória para todos aqueles que trabalham com educação, seja formal ou não formal. Essa é, sem sombra de dúvidas, a palavra que mais representa a construção desta obra: *desafiante*. O desafio de sair de uma “zona de conforto”, onde o conhecido estava seguro e protegido para encontrar novas posições/oposições.

Assim, em um panorama de inúmeras páginas deste trabalho, estão travadas muitas batalhas entre o nosso eu, a nossa consciência, a nossa práxis na construção de um ser pesquisador inserido em um mundo tomado por políticas educacionais internacionais que ditam a todo momento as práticas pedagógicas desde a formação do currículo até a *qualidade* para o mercado de trabalho em

oposição a inserção ao mundo do trabalho. Fica evidente o embate entre intervenção dos organismos internacionais e o consentimento que o Estado proporciona em suas ‘medidas conciliatórias’.

Para pensar na educação é necessário o conhecimento do contexto socioeconômico mundial contemporâneo.

Nessa perspectiva,

O indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em “consumir” aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção. Assim, o conceito de empregabilidade se afasta do direito à educação: na sua condição de consumidor o indivíduo deve ter a liberdade de escolher as opções que melhor o capacitem a competir. (Gentili 2005, p. 55)

Após a leitura da obra fica evidente um questionamento que não quer calar: a *sociedade do conhecimento* serve para quem? Ou melhor, para quê? Uma vez que é possível vasculhar no *setor* da educação e selecionar apenas o que interessa aos organismos internacionais, sendo praticamente impossível fazer uma mediação transformadora com uma visão apenas do micro, sem entendimento da totalidade, da esfera econômico-política.

Assim, é também no espaço da educação que temos a possibilidade de ver acontecer diferentes processos pedagógicos, pois conforme enfatiza Gramsci:

Não há nenhuma atividade da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*.

Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um 'filósofo', um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, em uma linha consciente de conduta moral, e portanto *contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento.* (1985, p. 121)

Torna-se claro depois da leitura desta produção que as promessas transcendem a *dura realidade*. As estratégias de subordinação são utilizadas de forma dominadora enfatizando as desigualdades e pior, há um processo de *culpabilidade* onde a busca constante de atualização não garante ainda a proximidade do perfil educacional desejado. Portanto, a educação é entendida como uma condição regulada e subordinada às necessidades do capital. Como prática social, atividade humana e histórica, se reduz a processos educativos que visam doutrinar, domesticar, treinar seres humanos para serem *aptos* as condições do mercado, um indivíduo atomizado pronto para atuar no desenvolvimento de suas tarefas laborais, sem questionamentos... Sem perguntas!

Esse processo só é possível quando *não se estabelece* a práxis numa relação dialética, “[...] o homem só conhece a realidade à medida que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (Kosik 1976, p. 22). Ou, como enfatiza Marx,

são os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar... e ser dos

homens é o seu processo de vida real. (Marx e Engels 1989, p. 20)

Dessa forma, a educação deve pautar-se como um processo que dignifique o ser humano, que não apenas o instrua, o informe, mas sim, que o liberte do conformismo, da alienação, na busca de um conhecimento concreto e histórico que faça parte de uma cultura educativa.

Educação não é, e jamais pode ser entendida como um privilégio, ela é condição para a humanização, para o desenvolvimento da capacidade de pensar e agir, com base teórica e prática que fundamente o discurso, a atuação do ser humano em seu entorno.

Canan nos brinda com uma produção que vai ao encontro de toda essa discussão. A autora ao analisar este contexto socioeconômico deixa claro que a lógica neoliberal respaldada pelo capitalismo define e regulamenta o mercado, a acumulação do lucro e da rentabilidade, reduz o Estado a mínimo, e, surgindo com isto outros problemas de ordem socioeconômica como a acentuada desigualdade de classes, a violência nos centros urbanos, a precarização do trabalho, dentre outros tantos relacionados a “qualidade” da educação direcionada para o mercado.

Nesta perspectiva, para a autora desta obra, a educação condicionada à estrutura econômica e social é sinônimo de contradição, pois entendida pelo sistema capitalista como uma extensão da preparação da força produtiva para o mercado de trabalho, perde seu objetivo central que privilegia o conhecimento, os referenciais teóricos e passa a atuar de maneira pragmática e instrumental, em consonância com os interesses do mercado.

Para Silvia Regina Canan, as organizações internacionais não satisfeitas redefinem o papel da educação, na crítica de que a disponível no mercado não atende as reais necessidades corporativas. Assim, passam a assu-

mir para si as diretrizes e estratégias educacionais, na perspectiva de receberem retornos imediatos e mais alinhados às suas políticas educacionais vigentes nos delimitados momentos histórico-econômicos. As expressões pedagógicas são carregadas de contradições, antagonismos e interesses, pois teoricamente os conceitos são fundamentados de possibilidades de desenvolvimento cognitivo, social e político, porém na sua aplicação não fogem à regra, cuja lógica são os interesses do sistema capitalista.

A autora deixa evidente em suas considerações que a questão está muito além do social, e é histórica, pois cada vez mais há um processo perverso de exploração da educação neste contexto de acumulação, prevalecendo os ditames dos que detêm o capital financeiro globalizado. Não é essa a educação trazida pelos organismos internacionais que vislumbra a transformação social, e que deve ser aberta para o novo, voltada para as dimensões da pessoa humana e não para o indivíduo.

Para finalizar, ressalto que a leitura dessa obra se faz obrigatória para aqueles que sonham ainda na construção de um mundo pedagógico melhor possível, seja na educação básica, seja na educação superior.

Parabenizo a autora Silvia Regina Canan pela discussão de excelência trazida neste livro, com um debate claro, objetivo e muito bem fundamentado teoricamente, além de extremamente atual e necessário para que possamos entender para além de nossas práticas pedagógicas, as políticas que permeiam estas relações educacionais neste século XXI. Nada mais me resta a não ser desejar ao leitor uma profícua análise do conteúdo exposto nesta obra.

E fica aí a pergunta trazida por Canan no título: e então... Somente há intervenção dos organismos internacionais na educação brasileira quando há consentimento por parte do Estado Brasileiro? Parafraseando Brecht... Tantos relatos... Tantas perguntas... Vale a pena conferir!



## Referências

- ALMEIDA, M. L. P. (2002). *Universidade pública & Iniciativa privada: os desafios da globalização*. Campinas: Editora Alínea.
- \_\_\_\_\_. (2006). "Pós-modernidade e materialismo histórico no século XXI: elementos para uma análise do papel do cientista político na sociedade acadêmica." *Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade* (1992), vol. 15, nº 26, Salvador, pp. 15-34, jul/dez.
- BARTHES, Roland (1977). *Aula*. São Paulo: Cultrix.
- CASANOVA, P. G. (2000). "Globalidade, neoliberalismo e democracia", in: GENTILI, Pablo (org.) *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.
- FURTER, Pierre (1968). *Educação e vida*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- GENTILI, Pablo (2005). "Três teses sobre a relação Trabalho e Educação em tempos liberais", in: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, J. C. (orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, Histedbr.
- GRAMSCI, A. (1984). "Americanismo e Fordismo", in: GRAMSCI, A. *Maquiavel. A política e o Estado Moderno*. 5ª ed. São Paulo. Civilização Brasileira, pp. 375-413.
- \_\_\_\_\_. (1985). *Concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (1996). *A condição pós-moderna*. 6ª ed. São Paulo: Loyola.

- IANNI, Octavio (2005). "O cidadão do mundo", in: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, J. C. (orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, Histedbr.
- KOSIK, Karl (1963). *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra.
- MARX, Karl e ENGELS, F. (1989). *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Carlos Bruni *et al.* 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) (1995). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAVIANI, Dermeval (2000). *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados.
- \_\_\_\_\_. (2005). "Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação", in: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, J. C. (orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, Histedbr.

## INTRODUÇÃO

*Nunca acreditei em verdades únicas. Nem nas minhas, nem nas dos outros. Acredito que todas as escolas, todas as teorias podem ser úteis em algum lugar, num determinado momento. Mas descobri que é impossível viver sem uma apaixonada e absoluta identificação com um ponto de vista. No entanto, à medida que o tempo passa, e nós mudamos, e o mundo se modifica, os alvos variam e o ponto de vista se desloca. Num retrospecto de muitos anos de ensaios publicados e ideias proferidas em vários lugares, em tantas ocasiões diferentes, uma coisa me impressiona por sua consistência. Para que um ponto de vista seja útil, temos que assumi-lo totalmente e defendê-lo até a morte. Mas, ao mesmo tempo, uma voz interior sussurra: Não o leve muito a sério. Mantenha-o firmemente, abandone-o sem constrangimento. (Brook 1995, p. 15, apud Garcia e Alves 2002, pp. 256-257)*

O assunto abordado, nesta obra, é parte da tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, intitulada *Diretrizes nacionais para a formação de professores da Educação Básica: tensões e limites entre o específico e o pedagógico na formação docente*, cujo mote faz parte da agenda de discussões dos educadores brasileiros através das entidades representativas há algum tempo. No entanto, ainda é assunto polêmico e permanece em aberto já que a questão sobre o que

deve preponderar na formação de um professor ainda enseja muitas discussões e dúvidas. Não há concordância, em termos daquilo que possa vir a ter maior significado, quando tratamos da formação docente, se os chamados conteúdos específicos (àqueles que são da área específica e que o professor deve conhecer para “ensinar”) ou os conhecimentos pedagógico-didáticos (àqueles que dão conta da área pedagógico-didática e que discutem, para além do conteúdo a ser ensinado, as formas de ensinar, as questões sobre como o aluno aprende e o que deve ser ensinado).

Nesse particular, a compreensão do tema em questão, implica no entendimento do pano de fundo que compõe o cenário das políticas de educação no Brasil, notadamente a partir dos anos de 1990, quando uma série de Pareceres, Resoluções, Decretos e novas legislações são instituídas compondo um processo de reforma não anunciada, mas, efetivamente, implementada. Nesse processo, assumem papel central organismos internacionais que intervém diretamente na constituição desse novo panorama educacional que se instalou, não raras vezes, de forma arbitrária e contrariando as orientações dos educadores e suas entidades.

No momento de construção da tese objetivávamos com a estruturação desse estudo envolvendo os Organismos Internacionais e as Políticas Educacionais, compor um cabedal teórico que permitisse entender o que está implícito na constituição das políticas e de que modo esses organismos interferem nesse processo. Para além do problema a ser estudado, buscávamos compreender os meandros que envolvem a construção das políticas buscando respostas que pudessem nos levar a analisar com maior profundidade nosso objeto de estudo. Agora, ao compormos esse livro, nosso propósito é trazermos parte do resultado desse estudo, permitindo que o leitor se aproprie desse entendimento para que possa fazer

uma leitura mais crítica do que nos rodeia em especial no campo das Políticas de Educação.

É necessário destacar que o cenário mundial, instado a partir dos anos 1980, definiu um conjunto de mudanças que implicou numa nova concepção sobre o papel do Estado e sobre a influência do econômico em todas as áreas. Este é, também, parte do pano de fundo das reformas sofridas pela educação e que deram origem a uma enormidade de atos legais, de documentos construídos pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação, desenhando as reformas em curso. Esse cenário trouxe, em sua constituição, um conjunto de novos referenciais que determinaram o desenho a partir do qual as políticas de formação de professores se constituíram.

No conjunto das reformas, vividas desde os anos 1990, percebe-se que além da LDB/96, que gerou discussões e trilhou um longo processo até sua aprovação, as Diretrizes dos cursos de graduação foram outro momento marcante em termos de debates no cenário da educação, como, por exemplo, as Diretrizes para o Curso de Pedagogia - aprovadas muito tempo depois daquelas dos outros cursos de licenciatura - e que continuam até hoje, provocando debates em defesa de modelos diferenciados de formação, tanto com base docente como do especialista.

Não menos estudadas, analisadas e criticadas pela comunidade educacional, as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica (2002), geraram grande polêmica por duas questões principais: a ideia de competência que elas defendem e que, em nosso entendimento, atende muito à lógica mercadológica e a elevada carga horária destinada às Práticas de Ensino e aos Estágios.

Se considerarmos o modelo de construção das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica (2002) e das Diretrizes específicas dos diversos cursos, aprovadas a partir de 2002, veremos que

há uma tendência maior à formação que considera como essencial a área específica, seja através de um conjunto de exigências muito parecido com o da formação do bacharel, seja a partir da proposta de competências que implicam numa formação mais técnica.

A análise do fenômeno político/econômico, que resulta nas Diretrizes para a Formação de Professores, relaciona-se ao nosso entendimento de que elas representam um marco importante no contexto da formação desses já que permitem vislumbrar um horizonte a partir do qual podem ser discutidos os projetos dos cursos. Contraditoriamente trazem a marca da formação técnica, realizada pela via das competências, reduzindo as possibilidades inovadoras no campo da formação docente.

Não podemos negar que as Políticas Educacionais vêm sendo definidas por um contexto socioeconômico que ocupa dimensões mundiais tendo na Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jontiem, na Tailândia em 1990, um marco que representou o divisor de águas, no planejamento e execução das políticas da área da educação, no Brasil e no mundo. Nesse sentido, é provável que nunca tenhamos vivido um período em que a educação tenha sido tão destacada em discursos políticos, em falas de empresários, pela força da legislação que assegura a possibilidade de construção de projetos pedagógicos, de gestão democrática, de acesso às informações, enfim, nunca se falou tanto em educação como nos tempos que estamos vivendo.

Paradoxalmente vivemos uma crise ética, agravada pelo poder do mercado e pelo consumo desenfreado, que transforma tudo em mercadoria em detrimento da busca pelo conhecimento. Nesse cenário, as reformas no campo da educação foram se constituindo, ignorando a trajetória de reflexões e discussões dos educadores e suas entidades, o que acabou por consolidar um projeto afinado com os princípios neoliberais cujo foco central

foi a desobrigação do Estado de suas responsabilidades ao mesmo tempo em que pactuou com o aligeiramento e o barateamento da formação das novas gerações.

Nesse particular, concordando com Silva (2002), se os Organismos Internacionais encontraram terreno fértil para desenvolver suas propostas de educação comprometidas com o desenvolvimento econômico, transformando processos em números, certamente não o fizeram sem terem tido o consentimento dos governos que programaram as reformas.

O objetivo maior de construirmos esse referencial que agora poderá ser socializado e debatido, foi a necessidade de darmos coerência à proposta de construirmos um texto ancorado nos princípios da dialética a qual ganhou sentido de uma leitura mais ampla do texto, sempre olhando-o a partir do contexto que o gerou.

O movimento e o diálogo produzidos perpassaram a pesquisa e ao compormos o texto, fomos fazendo de modo a penetrar nos diversos contextos para melhor compreender as tramas que foram se constituindo e que geraram as políticas de formação docente em curso.

Esse livro compila a parte do estudo que aprofundou um olhar sobre os organismos internacionais e as políticas educacionais através do qual trazemos uma reflexão acerca das influências que instituições como Unesco, Cepal e o Banco Mundial exercem em países da América Latina e Caribe, impondo o cumprimento de metas que implicam na construção de políticas públicas de atendimento às áreas social e da educação em troca de financiamentos de projetos. Esse estudo possibilitou-nos compreender a forte intervenção que tais agências impõem sobre esses países, ao mesmo tempo em que nos surpreendemos como a aceitação aparentemente passiva dessas imposições de parte dos governos. A leitura contextual, que nos deu oportunidade de compreensão dessa realidade, também nos colocou diante da necessidade de

buscarmos alternativas contra essa forma hegemônica de entendê-la. Nesse sentido, as políticas construídas, com caráter excludente, nem sempre resultam em melhorias para a educação.

Identificamos novos horizontes que poderão contribuir com o processo de aperfeiçoamento do projeto dos cursos de licenciatura da Universidade e apontamos para novas possibilidades de pesquisa, pois é um tema que parece longe de chegar ao fim. Nesse sentido, nos reportamos à epígrafe que nos indica a inexistência de verdades únicas e a possibilidade de estarmos sempre abertos a novos pontos de vista, considerando que o tempo é dialético.